

Ata da 142ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

Local: CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social, Casa dos Conselhos.

Praça Dom Adauto, 58 - Centro de João Pessoa, CEP – 58010-670.

Data: 27/10/2023

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se a 142ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB, sob a coordenação da conselheira titular Francisca das Chagas Fernandes Vieira, presidente do CEAS - Representante da SEDH. Estiveram presentes os seguintes conselheiros (os): Geraldo Souza de Oliveira Filho (titular) – Representante da APIPCD; Janaina Sousa de Medeiros (suplente) - Representante Governamental (Sec Educação); Márcia Cristina Lucena Farias (titular) – Representante Governamental (SEPLAG); Synara Maria de Lima (suplente) – Representante Governamental (SEPLAG); Fabio Pereira de Melo (suplente)- Representante da APIPCD ;Willams Mariano dos Santos (suplente) - Representante Entidade CEFEC; Rita de Cássia dos Santos Dantas (suplente) - Representante Aldeia Infantis SOS; Rejane Batista Soares (titular) – Representante FED./APAES; Alzineide Barbosa Silva de Lima (titular) – Representante Aldeia Infantis SOS; Jéssica Maria de Souza Mélo (suplente) - Representante CRESS/PB; Jessica Christine – Secretária Executiva do CEAS; Conceição Farias, e Eveline Rose - Técnicas da Secretaria Executiva do CEAS. Presente o técnico do FEAS, Hedo Pimentel de Brito. A presidente dá as boas-vindas aos presentes, e informa do acréscimo na pauta, com a fala da Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Estadual da Pessoa Idosa – CEDDPI, Joilma Oliveira para falar sobre: vagas nas ILPIs, criação do Centro Dia e Criação do Fundo, pontos que foram propostos em pautas anteriores, mas devido à falta de agenda e justificada pela presidente não foi possível sua presença. Dando continuidade é feita a leitura da pauta proposta: I – Aprovação da ata 142ª reunião ordinária; II – Apresentação da Prestação de Contas do 1º semestre de 2023; III - Critérios para condução do grupo de delegados para Conferência Nacional; IV - Avaliação da Conferência Estadual; V – Palavra aberta. Após aprovação da pauta é feita a leitura da ata da 141ª que foi aprovada pelos presentes. O conselheiro vice presidente Geraldo Souza se pronuncia fazendo uma observação em relação a presença e ausência de conselheiros (as) nas reuniões do CEAS, e justifica que as ausências prejudicam o processo das ações do conselho. Ressalta que a cada dia aumenta as violações de direitos, é importante a presença do COEGEMAS nas reuniões para discutir as questões de pactuação de parcerias com as instituições que prestam serviços auxiliando o governo do estado,

35 como também em eventos e atividades. A presidente Francisca sugere que seja partilhado ao
36 colegiado o acompanhamento da secretaria executiva em relação as ausências e possíveis
37 justificativas dos (as) conselheiros(as) para que seja dado os devidos encaminhamentos no que
38 rege o Regimento Interno do CEAS. Em relação a parceria menciona que nas ações da SEDH, o
39 COEGEMAS é convidado e sempre está presente, informa que as reuniões da Comissão
40 Intergestores Bipartite – CIB são realizadas a cada dois meses, para as quais esse colegiado é
41 convidado a participar. A CIB é uma comissão paritária, representada pelo COEGEMAS, com
42 representação do estado por meio dos secretários municipais de assistência e complementado
43 pela SEDH, é nesse espaço que é discutido e é feita as pactuações, que são também trazidas para
44 este conselho nas reuniões ordinárias. Ressalta que as reuniões podem ser conjuntas CIB/CEAS,
45 mas nem sempre acontece de ter a presença de outros representantes do conselho, além de mim
46 que estou como membro CIB. Encaminhamento: A secretaria executiva informará ao colegiado
47 sobre as reuniões da CIB que são realizadas a cada dois meses. Seguindo com o ponto sobre a
48 prestação de contas do 1º semestre de 2023, apresentada pelo técnico do FEAS Hedo Pimentel,
49 que inicia fazendo algumas pontuações, com relação as emendas parlamentares, são recursos que
50 vem com os destinatários definidos pelo parlamentar que encaminhou, quando a emenda é
51 federal a prestação de contas é feita ao governo federal, em sendo estadual quem faz a
52 fiscalização é o estado, outro ponto seria em relação as Vans, informa que o processo está bem
53 adiantado. A presidente Francisca menciona que pela lei nacional, o recurso é federal mas quem
54 tem o papel de fiscalizar in loco é o conselho estadual que aprova o recurso destinado. Iniciando
55 com a prestação de contas do 1º semestre de 2023, pelo técnico do FEAS Hedo Pimentel,
56 esclarece que a apresentação foi elencada por elemento de despesas. Após os questionamentos e
57 esclarecimentos de todos os elementos, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade.
58 Encaminhamento: Elaborar resolução dispondo sobre a aprovação da Prestação de Contas.
59 Prosseguindo com a fala da Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Estadual da
60 Pessoa Idosa – CEDDPI, Joilma Oliveira, que agradece o convite e inicia sua fala
61 contextualizando um pouco de sua trajetória no conselho da Pessoa Idosa, informa que na
62 Paraíba tem 190 municípios com Conselho da Pessoa Idosa, nos municípios em que o conselho
63 está inativo e querem reativar, o CEDDPI proporciona assessoramento técnico para reativar, com
64 capacitação, momento de discussão, etc. Ressalta que o CEDDPI tem espaço no Comitê
65 Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de longa Permanência para Idosos
66 - ILPIS, do Estado da Paraíba, atualmente a presidente é Dra. Eliana Espínola. Na participação
67 no comitê o conselho pode contribuir a respeito das orientações para o acolhimento ou não nas

68 instituições, isso se deu efetivamente no período da pandemia do covid 19 em que as orientações
69 eram para que os idosos não saíssem dos espaços e nem recebessem visitas. No comitê o
70 conselho participa da comissão que acompanha o Projeto Acolher, que é alocação de recursos
71 oriundos do governo do estado para as ILPIs, desde que atenda a todos os critérios descritos no
72 edital, é a instituição esteja regularizada. Recentemente foi feita a atualização da Lei 8.846 de 25
73 de junho 2009, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, cria o Conselho Estadual de
74 Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências, e a Lei nº 9.005 de 30 de
75 dezembro de 2009 que altera os art. . 1º, 9º e 17 da lei nº 8.846, de 25 de junho de 2009 e dá
76 outras providências, ambas estão em tramitação para serem publicadas. Também está em
77 tramitação a lei da criação do fundo que será denominado de Fundo Estadual para Defesa da
78 Pessoa Idosa - FUNEPI, o que vai proporcionar a realização das atividades próprias do
79 conselho. Em relação a ausência de vagas nas ILPIs, ressalta que a institucionalização da pessoa
80 idosa acometida de alguma violação é excepcionalidade, ao mesmo tempo não pode ser pensado
81 como única opção, esclarece que o conselho tem travado algumas discussões através de suas
82 representações para pensar em outras possibilidades a exemplo da criação de Centros Dia. A
83 presidente Francisca menciona que a criação dos centros dia, tem o caráter de convivência e
84 fortalecimento de vínculos do idoso no seu território, fazendo com que durante o dia o idoso seja
85 assistido nas suas necessidades com assistência de saúde e com atividades e retornando no final
86 do dia para seus domicílios. A proposta seria cofinanciamento para que os municípios de
87 pequeno porte I e II executem os serviços de convivência, geralmente não se tem demanda de
88 acolhimento nos interiores, nas grandes cidades a demanda de acolhimento é maior e os Centros
89 Dia seria mais uma opção. A presidente Joilma reitera o pedido de parceria com o CEAS, para
90 emissão de uma recomendação para a criação dos Centros Dia, principalmente para os locais
91 onde existe maiores violações de direitos, que as pessoas que estão em filas de espera para ILPIs
92 possam ser atendidas nos Centros Dia. A presidente agradece a presença da conselheira
93 representando todo colegiado, que traz a política da pessoa idosa como pauta central e disser que
94 o CEAS é parceiro e está para contribuir. Dando continuidade com a Avaliação da Conferência
95 Estadual e os critérios para os encaminhamentos para nacional. Iniciando com a avaliação,
96 pontuaram como positivo as discussões nos grupos; a unificação das falas diante dos
97 questionamentos, a importância da presença do governador na abertura, a apresentação do grupo
98 de dança do CEFEC belíssima que brilhou o primeiro dia. Negativo, a questão a falha da
99 empresa em relação a alimentação no primeiro dia, o atraso em relação a disponibilidade de
100 água, as cadeiras sujas nas salas de atividades dos grupos. A presidente Francisca menciona que

101 falhas existem, mas a conferencia conseguiu cumprir seu objetivo, estabeleceu propostas bem
102 elaboradas e bem atenta a discussão nacional, no âmbito do que o SUAS traz na discussão de
103 reconstrução, e o SUAS que queremos. A participação de muitos municípios, a coesão da
104 comissão responsável para que tudo ocorresse o melhor possível, a presença do governador e do
105 Secretário Nacional de Assistência Social (SNAS), André Quintão. Agradece a contribuição de
106 cada um e menciona que o conselho saiu brilhante da conferência. Na palavra aberta, a fala do
107 conselheiro vice presidente Geraldo Souza, quer partilhar com o colegiado o descaso que
108 estamos vivenciando na ponta do serviço, e a angustia de ter mais pacientes e menos recurso.
109 Menciona a portaria do Ministério da Saúde que dá meios para ajudar as instituições que
110 trabalham na linha de criança e adolescente, e o nosso núcleo está dentro desse processo, o
111 grande problema é receber os recursos por que o município não quer pactuar, no momento
112 vamos deixar de receber uma emenda do SUS no valor de R\$ 6.171,00 (seis mil cento e setenta e
113 um reais) por falta de pactuação do município, com a instituição, e que a cada dia aumenta a
114 demanda, atendemos a 16 municípios, e nenhum quer pactuar com a instituição, por que os
115 prefeitos acham que, tem a obrigação só é o governo do estado, quando a obrigação é triparti.
116 Ressalta que deve haver a separação da Política Social da Política Partidária, mas o gestor local
117 não está sabendo separar. Atendemos 82 crianças por município e recebemos apenas cinco litros
118 de álcool, duas caixas de luvas e duas caixas de mascaras, isso não é parceria, é pandemia, isso
119 configura violação de direitos, temos que criar instrumentos para que a sociedade seja
120 beneficiada. Para pagar os profissionais, os recursos disponíveis é até o mês de novembro,
121 solicitamos um aditivo. A instituição está com o valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais)
122 retidos no Fundo Nacional de Saúde. Nesse momento a solução é falar com o político que foi
123 eleito pelo município para ver a possibilidade de sensibilizar a gestora do município para que de
124 forma política possa viabilizar a liberação do recurso. Vencidos os pontos da pauta a
125 presidente Francisca Vieira encerrou a 142ª Reunião Ordinária do CEAS agradecendo a
126 participação e colaboração de todos os conselheiros e da equipe da Secretaria Executiva.